O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 07/10/2022 - 06:00

Ensino superior sob risco de ficar sem o básico

Ensino superior

Corte de recursos nas universidades federais afeta bolsas, energia e limpeza

estadaodigital#erika@clipclap.com.br

Bloqueio deve atingir serviços básicos em instituições, que protestam contra a medida. MEC fala em 'limite temporário' e nega prejuízo ao funcionamento das faculdades

PRISCILA MENGUE

O bloqueio de mais de R$ 475 milhões de recursos de universidades, institutos, centros de educação tecnológica e colégios federais, imposto ao Ministério da Educação (MEC), deve afetar o pagamento de despesas básicas em um ano de orçamento reduzido. Instituições afirmam que não há mais como restringir os custos sem afetar o funcionamento. Já o ministro da Educação fala em "limite temporário" e diz que não faltará auxílio nem verba às instituições.

Entre os cortes de custo discutidos estão o pagamento de contas de água, energia, internet e serviços essenciais terceirizados, como de vigilância e limpeza, e a manutenção de auxílios estudantis, incluindo as atividades de restaurantes universitários, transporte e moradia estudantil. Algumas que estão em recesso, pelo calendário afetado pela pandemia, estudam adiar o retorno das aulas.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) descreve a situação como de "colapso" e diz que as universidades não conseguem mais respirar em um contexto no qual estima que o orçamento caiu pela metade em menos de sete anos, ao considerar a inflação. Somente em 2022, foram dois cortes de recursos, que afetaram 7,2% do total, redução que chega a cerca de 13% quando somada ao novo contingenciamento.

Em coletiva de imprensa, o presidente da instituição e reitor da Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Fonseca, defendeu que o contingenciamento seja revisto, pois todo o remanejamento possível foi feito e a situação afeta ensino, pesquisa (incluindo o desenvolvimento de novas vacinas) e serviços prestados à população em geral, como em hospitais universitários. "Tudo isso estruturalmente já estava com grande diminuição", afirmou. "Não existe mais gordura para queimar, nem carne para cortar. Agora é no osso. A situação é trágica nas universidades."

EXEMPLO. Aos 27 anos, Isabel (nome fictício de uma estudante que preferiu não se identificar) é aluna do 6.º semestre de Arquitetura e Urbanismo na Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul, e recebeu ainda no fim de setembro um e-mail que a alertava sobre a possibilidade de não receber o pagamento da sua bolsa de extensão no mês seguinte.

A universitária, que é cotista e natural de São Paulo, recebia R$ 400 para trabalhar 20 horas semanais, valor que usava para completar o aluguel e pagar o transporte até o câmpus. "Essa foi minha primeira bolsa de estudos, comecei em maio. Há duas semanas, meu professor já avisou que eu não iria receber as duas últimas mensalidades, por causa do corte de verbas, mas eles nem estavam imaginando que teria essa nova redução", conta Isabel. Ela conta que gosta do trabalho e, por isso, decidiu permanecer como voluntária até dezembro.

Em nota enviada à reportagem, a UFPel afirma que o governo federal já havia cortado entre maio e junho 7,5% (o equivalente a R$ 5,9 milhões) da verba anunciada à instituição e prevista na Lei Orçamentária Anual. Com o novo bloqueio de 3,3% adicionais (aproximadamente R$ 2,6 milhões), anunciado nesta semana, a universidade se vê obrigada a "medidas de precarização, além do limite do suportável".

Hospitais ameaçados
Andifes vê risco até para serviços prestados à população em geral, como em hospitais universitários

RESPOSTAS. O MEC afirmou, em nota, ter realizado "os estornos necessários nos limites de modo a atender ao decreto, que corresponde a 5,8% das despesas discricionárias de cada unidade". "Segundo informações do Ministério da Economia, consoante ao que também determina o próprio decreto, informamos que os limites serão restabelecidos em dezembro."

Em pronunciamento ontem, o ministro da Educação, Victor Godoy, chamou de "falsas" as informações sobre corte de verbas destinadas ao ensino superior. Ele defendeu que o decreto "traz um limite temporário na execução dos recursos públicos", que seria um ato de "responsabilidade fiscal" que será revertido em dezembro. O ministro também afirmou que universidades que precisem de apoio poderão procurar a pasta, "que vamos conversar com o Ministério da Economia". "Não tem risco de descontinuidade das atividades educacionais nas universidades e nos institutos", garantiu. Ele comentou que a execução do orçamento destinado à Educação está em torno de 85%.

O Ministério da Economia afirmou que o valor atualmente bloqueado do Orçamento do Ministério da Educação é de R$ 1,3 bilhão. O montante é menor do que o informado por outros órgãos, como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que contabiliza um corte de R$ 2,4 bilhões, e a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, que divulgou nesta terça-feira que a pasta continua com R$ 3 bilhões do Orçamento deste ano indisponíveis para serem utilizados em despesas discricionárias (que não são obrigatórias). O secretário executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, disse que o bloqueio adicional feito no Ministério da Educação foi "muito pequeno" perto dos cortes que têm sido feito pela pasta.

Bloqueio 'pequeno'
Economia afirma que montante bloqueado agora é menor do que informado por outros órgãos

DIFICULDADES. O presidente da Andifes avalia que a liberação do recurso no último mês do ano ainda é uma sinalização. E, mesmo que ocorra, não irá desfazer as dificuldades de manter os contratos dos meses anteriores. "Um imenso número de universidades não vai ter condições de comprar o básico a partir de outubro, novembro", comentou.

Além disso, Fonseca comentou que alguns resultados do atual bloqueio serão sentidos apenas em um ano ou mais, como no atraso do andamento de pesquisas. Para ele, o momento é de prestar um socorro às universidades, uma vez que a "sobrevivência" nos dois anos anteriores foi possível apenas pela redução de custos durante as atividades remotas. "É um impacto social, acadêmico e institucional muito grande."

SERVIÇOS. A UFRJ informou ao **Estadão**, por exemplo, que as contas de serviços terceirizados estão sanadas apenas até agosto e deixou de pagar por água e energia em julho, após um acordo com os fornecedores. No site institucional, a UFRJ diz ter sofrido um bloqueio de R$ 17,8 milhões, que pode afetar o pagamento de fornecedores e todo o funcionamento da instituição. "Se o bloqueio não for revertido, não teremos como continuar funcionando neste ano", disse o próreitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Eduardo Raupp.

Ontem, o reitor da Universidade Federal de Lavras (Ufla), João Chrysostomo de Resende Júnior, declarou que é "provável" o adiamento da retomada das aulas após o recesso do primeiro semestre, que ocorreu fora do calendário tradicional, por efeito da pandemia. Em comunicado, informou que a instituição está com um déficit de cerca de R$ 1 milhão antes do atual bloqueio, de R$ 3,3 milhões. Também citou outras medidas de redução de custos que estão em discussão, como o reajuste do valor das refeições no restaurante universitário ou a paralisação do serviço, a descontinuação do funcionamento do transporte interno e da moradia estudantil, a suspensão do pagamento de bolsas e a redução no número de funcionários terceirizados. ● COLABOROU JOÃO KER

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

UFRJ afirmou que, se a restrição não for revista, 'não teremos como continuar funcionando neste ano'

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole **Caderno:** A **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.